

# Alívio e frustração no day after

O medo que tomou conta do Congresso quarta-feira deu lugar ontem a um misto de alívio e frustração. Alívio porque a anunciada lista de cerca de cem parlamentares que teriam envolvimento com empreiteiras caiu para quatro ou cinco; e frustração porque os integrantes de três subcomissões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento passaram a noite toda examinando documentos apreendidos na casa de Ailton Reis, diretor da Odebrecht, e concluíram que o barulho feito no dia anterior pelo deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) e pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS) foi exagerado.

“Chegar ao ponto de envolver o presidente da República e o ministro do Exército nesta questão foi um erro”, disse logo de manhã o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), ainda com os olhos vermelhos por causa do exame dos documentos da Odebrecht. Vivaldo afirmou que entre a papelada não há nenhum documento com timbre oficial da empresa nem assinatura dos diretores. O deputado criticou principalmente o deputado Mercadante, que visitou o ministro do Exército, Zenildo Zoroastro, para pedir que este garantisse a continuidade das investigações.

**Allende** — Mercadante foi criticado também por companheiros de partido. O deputado Paulo Delgado (PT-MG) foi à tribuna da Câmara comparar o gesto do cor-religionário ao do ex-presidente do Chile, Salvador Allende. Segundo Delgado, de tanto aconselhar Allende o general Augusto Pinochet optou por dar um golpe de Estado, aparentemente, com este pensamento: “Se estou governando de longe, por que não assumir logo o poder?” Mercadante esclareceu que a audiência estava marcada há tempo e o assunto foi apenas mais um na pauta, até por ser o tema do dia.

O presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), reduziu o impacto do documento divulgado por Bisol



Vivaldo (C) na reunião das subcomissões: barulho foi exagerado

logo de manhã. “Conversei com o líder do Governo, Pedro Simon (PMDB-RS), e ele me garantiu que o presidente Itamar Franco nunca falou em **fujimorização**, como chegou a ser divulgado” — os parlamentares referem-se ao termo **fujimorização** toda vez que surge a especulação de que o presidente da República poderá fechar o Congresso, assim como o fez o presidente do Peru, Alberto Fujimori.

O movimento dos parlamentares que estariam incluídos na relação dos beneficiários da Odebrecht foi grande logo nas primeiras horas do dia. O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) requereu ao senador Jarbas Passarinho a imediata quebra de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, incluídos também os familiares. O deputado Flávio Derzi (PP-MS) mudou-se para o gabinete do pai, senador Saldanha Derzi (PRN-

MS), bem na entrada do corredor que dá acesso às subcomissões da CPI do Orçamento. Quando o vice-presidente da CPI, Odacir Klein (PMDB-RS), ia passando, foi agarrado por Derzi que, desesperado, pedia orientação sobre o que fazer.

**Certidão** — O deputado Miguel Arraes (PSB-PE), que quarta-feira já havia requerido de Passarinho certidão negativa quanto ao recebimento de dólares da Odebrecht, fez um discurso a favor da democracia. “Minha vida foi vasculhada em 1964; pode ser vasculhada de novo”, disse Arraes, que foi apontado pela Odebrecht como possível aliado na eleição para governador de Pernambuco em 1994. “Eu lastimo que houvesse isso, mas aparece o nome dele na lista”, disse Passarinho, após negar a declaração pretendida pelo deputado.

Para o deputado Benito Gama (PFL-BA), o relatório feito pelo senador José Paulo Bisol mostrou discriminação contra o Nordeste. “Por que só aparecem deputados, senadores e governadores do Nordeste?” indagou. “Por que não há parlamentares de outras regiões e por que nenhum integrante da CPI que pertence à região Nordeste pôde ir à casa do senador Bisol durante a reunião que antecipou a divulgação do documento?”

O senador Pedro Simon explicou que os nomes que apareceram eram só do Nordeste. “Existe outra caixa, referente, por exemplo, à região Centro-Sul, que estará sendo aberta ainda hoje (ontem)”, garantia.

O deputado Mavíael Cavalcanti (PRN-PE) sentou-se, ontem, às 14h40, numa mesa em que estavam vários jornalistas com o relator-geral da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), no restaurante do Senado, e protestou duramente por ter o seu nome aparecido “em lista de empreiteiro”.

Roberto Magalhães disse que fez questão de não ler os documentos apreendidos na casa do diretor da Norberto Odebrecht. Magalhães contou que, enquanto integrantes da CPI examinavam cuidadosamente os 40 quilos de papel, e procuravam avidamente por nomes de opositores que teriam sido beneficiados pela empreiteira, ele foi para casa tranquilamente, para dormir.